

“CIVILIZAR OS COSTUMES”: O Cemitério São João Batista de Cáceres, século XIX.

PAOLA DUARTE LUIZ\*

Os cemitérios históricos ganham nos últimos anos um olhar mais atento de diversas áreas de estudos que abordam os mais diferentes temas, seja a História, História da Arte, Arqueologia e Antropologia. Os primeiros trabalhos realizados que se dedicaram a estudar cemitérios no Brasil estão os de Clarival do Prado Valadares (1972), João José Reis (1991), e mais recente, Maria Elizia Borges (2002). Além desses outros pesquisadores desenvolveram dissertações e teses sobre a história da morte e a secularização dos cemitérios.

A arqueóloga Tânia Andrade Lima em seu trabalho “De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX” (1994), elegeu dois cemitérios distintos quanto a sua administração, na cidade do Rio de Janeiro, o Cemitério do Catumbi e Cemitério São João Batista.

O Cemitério da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, mais conhecido como Catumbi foi inaugurado em 1850. Pertencente a uma ordem religiosa é administrado pela Santa Casa da Misericórdia, e serve de modelo de cemitério religioso.

O Cemitério São João Batista por sua vez é secular e foi inaugurado em 1852. Entendidos como sítios arqueológicos, ela resgata e interpreta nos jazigos suas representações simbólicas e de distinção social, assim como demonstra a necessidade de se implantar um cemitério na cidade. Para tanto analisa a materialidade existente por meio de iconográficas, classificando-as e reconhecendo seus signos.

Outro viés de estudos cemiteriais, quanto a abordagem e fonte é o estudo de João José Reis em seu livro “*A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*” (1991) contextualiza uma revolta popular contra um cemitério recém-construído em 1836, em Salvador. A população foi às ruas para protestar contra a transferência dos enterramentos da igreja para o cemitério extramuro. Esse acontecimento ficou conhecido como *Revolta da Cemiterada*, um evento complexo que contou com a participação de diversas confrarias, as quais unidas motivaram direta e indiretamente a população que saiu às

ruas para advogar a favor de suas práticas de enterramento e da continuidade do “catolicismo barroco”<sup>1</sup>.

O trabalho de Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho, “O Cemitério da Santa Casa: Contribuições para História da Arte Funerária em Pelotas” (2005) analisa o conjunto funerário do Cemitério de Pelotas. O sentido é interpretar os significados iconográficos e iconológicos das estatuárias, classificando-as enquanto alegorias, conforme os elementos que a compõem e suas posições.

No âmbito da historiografia mato-grossense um trabalho relevante, foi realizado pela historiadora Maria Aparecida B. B. Rocha intitulado “Transformações nas práticas de enterramento - Cuiabá 1850-1889” (2005) ela faz um levantamento histórico da construção do cemitério Nossa Senhora da Piedade em Cuiabá. Dividindo seu trabalho em três capítulos, sopesa sobre o processo que desencadeou a necessidade da construção do cemitério e sua administração, analisa os anúncios fúnebres, túmulos, epitáfios e testamentos, contribuindo para o entendimento da mentalidade da população, suas atitudes e imaginários em torno da morte.

### **A secularização dos cemitérios**

A secularização dos cemitérios é entendida segundo Maria Aparecida B. B. Rocha (s/ano) quando “a igreja católica é forçada a transferir a administração dos cemitérios à alçada do poder municipal” (ROCHA, s/ano: 19). Antes da criação de cemitérios extramuros os enterros eram realizados nas igrejas, na medida em que se agravaram os surtos epidêmicos e a igreja não comportava mais enterros em seu interior, essa instituição religiosa foi forçada a transferir seus enterros para os cemitérios. Outros fatores como as ideias de higienização, de progresso e modernidade tomaram força no Brasil do século XIX, com influência europeia do pós Revolução Francesa.

---

\* Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em História. **Orientador:** Professor Dr. Flávio Trovão (UFMT).

<sup>1</sup> Para João José Reis o catolicismo barroco consistia em “um catolicismo que se caracterizava por elaboradas manifestações externas de fé: missas celebradas por dezenas de padres, acompanhadas por corais e orquestras, em templos cuja abundante decoração era uma festa para os olhos, e sobretudo funerais grandiosos e procissões cheias de alegorias, de que participavam centenas de pessoas” (REIS, 1991: 49).

Da França partiu as primeiras discussões e teses sobre os *miasmas* infecciosos transmitidos por odores exalados, incluindo os cadavéricos, que ocasionavam doenças e epidemias. A morte segundo João José Reis (1991) passa a ser medicalizada, e os enterramentos nas igrejas passam a ser vistos como prejudiciais a saúde pública, então é plenamente justificável e necessário “civilizar os costumes”. Como bem observou Tania Andrade Lima (1994) sobre os sepultamentos junto às igrejas, “começam a ser combatidos como prováveis fontes de infecções e epidemias, estabelecendo-se com força crescente uma relação de causa e efeito entre cadáveres e proliferação de doenças” (LIMA, 1994: 89).

Os ideais de higienização e prevenção influenciaram muitos estudiosos do Brasil, e envoltos de concepções revolucionárias e de modernidade contribuíram para uma progressiva mudança no comportamento. Em especial, a transgressão da higiene nas práticas de enterramentos, na maneira de lidar com a morte e na sua eventual medicalização, foi coibida pela criação das Leis Sanitárias.

A solução imediata foi construir cemitérios extramuros com o objetivo de separar os vivos dos mortos, afastando-os do convívio do meio público, do perímetro urbano, evitando assim a proliferação de doenças epidêmicas e a superlotação dos cemitérios convencionais.

Na primeira metade do século XIX a organização dos enterramentos dentro das igrejas era ditado por uma hierarquia. Segundo Luiza F. N. de Carvalho (2005) o clero e os cristãos católicos abastados eram enterrados próximo ao altar, os não ricos em suas imediações, longe das igrejas os escravos, protestantes e condenados. Carvalho considera que os locais de enterramentos demonstravam diferenças que “evidenciam desigualdades sociais em vários níveis: em relação ao sexo, idade, condição social, cor, e obviamente, famílias. A morte do homem livre era diferente da morte do escravo, em termos de intensidade e qualidade” (CARVALHO, 2005: 12).

### **O Cemitério São João Batista**

O Cemitério São João Batista foi construído a mando do Major João Carlos Pereira Leite, que era como relata Lécio Gomes de Souza (1998) uma

*Personalidade de real prestígio, respeitada e temida pelos adversários, [...] membro proeminente do Partido Conservador e o seu retiro bucólico erigia-se em centro monopolizador, buscado constantemente por próceres e correligionários, ávidos de*

*conselhos e carentes de apoio. Filantropo de alta envergadura, soube derramar dádivas a mancheias e principalmente a cidade vizinha muito se beneficiou dos gestos generosos dele provindos. Além de outros melhoramentos com que a distinguiu, construiu e às expensas próprias e doou à municipalidade o cemitério de São João Batista, no qual, aliás, estão seus restos mortais. (Souza, 1998:15-37)*

A petição inicial para sua construção foi feita em 1860, e após dois anos, a Câmara Municipal de São Luiz de Vila Maria do Paraguai<sup>2</sup> emite o parecer favorável sobre o cemitério já edificado, sendo o responsável pela construção, segundo Natalino F. Mendes (1992), o Sr. José da Boamorte.

O cemitério foi construído para serem ali sepultados os membros da família Pereira Leite, e como garantia “alcançou do governo eclesiástico privilégio para fazer no referido cemitério um repartimento para nele serem sepultados os restos mortais que pertenceram à estirpe Jacobinana” (MENDES, 1992: 57). O repartimento que demarcou a área dessa família definiu o que hoje é o fundo do cemitério. João Carlos faleceu no dia 03 de outubro de 1880, deixando em testamento a doação do cemitério para a Câmara Municipal de São Luiz de Cáceres com exceção da área reservada de direito da família, a concessão foi aceita pela Câmara Municipal em 1881.

A análise do Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luiz de Cáceres de 1888, distribuído em 91 artigos e em dezessete capítulos, estipula as medidas para garantir a ordem nas ruas, praças e travessas. Prescreve as práticas a serem adotadas para o armazenamento e a venda de produtos alimentícios, assim como para criação de animais, tais medidas, entre todas as outras adotadas, definem o processo de modernização da cidade para garantir a ordem pública.

O Capítulo 16 “Dos enterramentos e Cemitérios” disposto em sete artigos estabelece as proibições de enterramento, seus modos e punições, conforme consta em seu primeiro artigo “Art. 73. É expressamente proibido enterrar corpos dentro de Igrejas, capelas,

---

<sup>2</sup> Fundada em 06 de outubro de 1778, como povoação com o nome de Vila Maria do Paraguai pelo governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, segundo Maria de Lourdes Fanaia Castrillon (2006), “a referida localidade quando elevada à categoria de freguesia no ano de 1780, foi denominada de: ‘São Luiz de Vila Maria do Paraguai’” (CASTRILLON, 2006: 26-27). Passou a categoria de vila, com a criação da câmara Municipal em 1859 com o mesmo nome, e “no ano de 1874, o referido local adquiriu a categoria de cidade, passando a partir de então a ser denominada de São Luiz de Cáceres” (CASTRILLON, 2006: 27). Só em 1938, o município passou a se chamar apenas Cáceres.

sacristias ou casas públicas e particulares neste município. O infrator será punido com a multa de trinta mil reis ou oito dias de prisão.” (Código de Posturas Municipais, 1888: 15).

Demonstrando a eliminação dessas práticas, principalmente de se enterrarem os cadáveres dentro das igrejas. Método que começa a ser reprovado e posto a discussões no início do século XIX no Brasil, principalmente por serem relacionados a possíveis transmissores de doenças. Assim como em muitas cidades do Império, devido aos surtos de doenças epidêmicas como febre amarela, cólera, que acabam superlotando os espaços nas igrejas e contribui para a implantação de cemitérios extramuros.

Ainda pensando nas medidas de salubridade e prevenção de doenças outro cuidado a ser tomado era em relação à profundidade das covas, os enterramentos antes feitos em cova rasa, agora deveriam ser normatizados, como também delimitar o número de pessoas que poderiam ocupar cada cova. Prova disto está no artigo 75 colocando que “Todo o cadáver deve ser enterrado de modo que fique no mínimo um metro e meio abaixo da superfície da terra, não devendo haver mais de um cadáver em cada cova. O infractor será punido com a multa de vinte mil reis ou seis dias de prisão”. Percebendo uma relação entre profundidade das covas e a transmissão de doenças, evidenciando a preocupação com a higienização e medidas para preservar a saúde pública.

O artigo 74 do código de posturas trata também do transporte do cadáver ao cemitério, coibindo que “Nenhum cadáver de adulto ou **parvulo** de qualquer condição côr ou estado, será conduzido ao cemitério publico, sem ser caixão fechado, salvo sendo de pobre que poderá sel-o em rede. O infractor será punido com a multa de vinte mil reis ou seis dias de prisão.” (Código de Posturas Municipais, 1888, p.15). Os caixões comumente eram conduzidos abertos nos cortejos funerários, e variavam entre adultos e crianças, geralmente eram alugados apenas para o transporte do morto a sepultura. Alguns médicos do Rio de Janeiro, segundo Cláudia Rodrigues (1999), na primeira metade do século XIX discursavam sobre a importância de conduzir o cadáver em caixão feito de madeira e devidamente fechado, para evitar a respiração de miasmas que comprometiam a saúde.

O transporte do morto em rede era uma das formas mais simples de conduzir o corpo ao cemitério, e de uso mais freqüente por escravos. Mas existiam outras maneiras de transportar o cadáver, podendo ser em carros fúnebres dos mais simples aos mais adornados,

levados por cavalos. Como relata Cláudia Rodrigues quando descreve os cortejos fúnebres no Rio de Janeiro no século XIX

Esta estrutura poderia variar de acordo com as posses do morto e as de seus familiares; variação que se dava pela pompa do cerimonial, que poderia conter desde uma elaborada armação da casa e da igreja até um cortejo fúnebre de carruagens, com a presença de pobres, sacerdotes, irmandades e até músicos (RODRIGUES, 1999, s/p.).

No artigo 76 consta que “nenhum enterramento se fará n’esta cidade e povoações sem que seja exibida a certidão do assentamento d’obito extrahida pelo Escrivão da Paz do distrito em que tiver dado o falecimento”. Em relação aos lugares distantes, ocorrendo a morte, poderá ser sepultados, desde que haja a autorização do Inspetor de Quarteirão, “e a comunicação e o assento d’obito n’estas circunstancias, se farão nos termos dos dias precisos, gastando se um dia por 26 kilometros de caminho” (Código de Posturas Municipais, 1888: 16), assegurando que todas as pessoas falecidas estivessem escritas no registro de óbito.

A transferência dos enterramentos para locais reservados ao morto garantia a separação entre vivos e mortos, preservava a saúde pública, e gradualmente mudava suas atitudes e a maneira de lidar com a morte.

## CONCLUSÃO

Ressalta-se a necessária preservação dos cemitérios históricos enquanto um verdadeiro bem patrimonial, dessa maneira se mantem maiores as possibilidades de distintas pesquisas, assim como a difusão desse tipo de conhecimento. O cemitério São João Batista é um lugar de memória e história, nele existe uma cultura material de valor histórico e artístico, que demonstra uma determinada época e um modo diferente de lidar com a morte.

A pesquisa contribui para promoção do conhecimento e conseqüentemente a integração do cemitério ao Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Cáceres- MT. Cáceres é uma cidade histórica e turística que teve seu centro histórico tombado em 2010 (tombamento federal) por seus valores históricos, urbanísticos e paisagísticos, dessa maneira está inclusa no PAC- Cidades Históricas. O objetivo do programa é criar uma gestão que

tenha as perspectivas de preservação, valorização e o desenvolvimento econômico, social e sustentável para os cidadãos, utilizando a diversidade cultural local.

Como proposta, desenvolver ações de extensão universitária em atividades de Educação Patrimonial para difundir o Patrimônio Histórico Cultural, com vistas a recepção mais consciente desses bens culturais torna-se evidentemente necessário. A pesquisa histórica sobre Cemitério São João Batista reporta-se não só para a Educação Patrimonial, mas contribui de forma diacrônica para promoção, discussão e estímulo para o turismo sustentável e cultural.

Uma das atividades articuladas em Cáceres são roteiros culturais nos quais a programação seria com aulas expositivas, visita ao centro histórico da cidade, sítios arqueológicos, fazendas históricas entre outros lugares.

Experiência como essa foi realizada com alunos do Curso de Técnico Ambiental da Escola Estadual Onze de Março (Cáceres-MT), no projeto “Educação Patrimonial, Gestão Participativa e Sustentabilidade no Município de Cáceres”. Acerca do Cemitério São João Batista de Cáceres os alunos observaram e tiveram contato com a cultura material dos túmulos, ossários e mausoléus, conhecendo um pouco mais da história da cidade a partir do seu cemitério.

### Fontes

Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de São Luiz de Cáceres- 1888 n° 788. Arquivo Público Municipal de Cáceres.

### Referências Bibliográficas

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **O Governo Local na Fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, para obtenção de título de Mestre em História. 2006.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. **Cemitério como fonte de pesquisa, de Educação Patrimonial e de turismo.** In. *Museologia e Patrimônio*-v.2, n.2- jul/dez. de 2009.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **O cemitério da Santa casa: contribuições para História da Arte em Pelotas.** Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos. 2005.

CHAVES, Otavio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória Cáceres.** Cáceres: Editora Unemat, 2011.

LIMA, Tania Andrade. **De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais).** In. *Anais do Museu Paulista*. N. Ser, V. 2, p. 87-150. Jan/dez, 1994.

MENDES, Natalino Ferreira. **Efemérides Cacerenses.** Vol. I e II. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Transformações nas práticas de enterramento – Cuiabá, 1850-1889.** Cuiabá: Central de Texto, 2005.

RODRIGUES, Cláudia: **A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50).** In. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. VI (1): 53- 80. mar.- jun.1999

\_\_\_\_\_. **História, memória e documentação: arquivos, prática historiográfica e a secularização dos cemitérios de Cuiabá nos séculos XIX e XX.** Disponível em: < [http://www.historiagora.com/dmdocuments/revista9\\_DOSSIE\\_8.pdf](http://www.historiagora.com/dmdocuments/revista9_DOSSIE_8.pdf) > Acesso em: 16 de fev. de 2013.

SOUZA, Lécio Gomes de. **Jacobina: história de uma fazenda de Mato Grosso.** Cuiabá: IHGMT, 1998. (Publicações Avulsas, 9).